

7o Congresso Latinoamericano de Ciência Política

ALACIP

Área Temática: Metodologia em Ciência Política

Sub área: Debates metodológicos Contemporâneos

Padrões Regionais de Votação nas Eleições Municipais Brasileiras

Maria Teresa Miceli Kerbauy
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
kerbauy@travelnet.com.br

Bruno Souza da Silva
Universidade de Campinas (UNICAMP)
brunosilva_cso@hotmail.com

25 a 27 de setembro de 2013

Universidade de los Andes
Bogotá – Colombia

Padrões Regionais de Votação nas Eleições Municipais Brasileiras

RESUMO

Grande parte da literatura sobre as eleições municipais no Brasil considera que os efeitos desarticuladores da federação, em combinação com as regras eleitorais e a organização partidária, são responsáveis pelo desprestígio da função coordenadora exercida pelos partidos políticos, elevando o grau de personalismo no processo eleitoral. Apesar de a questão regional ser sempre apontada como uma variável importante na análise da competição eleitoral, especialmente no nível local, as eleições municipais não tem sido analisadas nessa perspectiva. Nosso objetivo nesse texto é analisar as bases partidárias eleitorais municipais das eleições municipais brasileiras de 2012 em suas dimensões espaciais e regionais, de forma a ter uma melhor compreensão do comportamento político eleitoral no nível municipal.

Palavras Chaves: eleições municipais, comportamento eleitoral, questão regional, dimensão espacial, regras eleitorais.

Regional patterns of Brazilian Voting in Municipal Elections

ABSTRACT

A large part of literature on municipal elections in Brazil considers that the effects of disarticulation of the federation, in combination with the electoral rules and party organization, are responsible for discrediting the coordinating role exerted by political parties, raising the degree of personalism in the electoral process. Although, the regional question always be identified as an important variable in the analysis of electoral competition, especially at the local level, municipal elections has been analyzed from this perspective. Our goal in this paper is to analyze the bases partisan municipal election municipal elections in Brazil 2012 in their spatial and regional dimensions, in order to have a better understanding of political behavior in the municipal elections.

Keywords: municipal elections; electoral behavior; regional issue; spatial dimension; electoral rules.

Introdução

Embora a Constituição de 1988 tenha resgatado o papel dos municípios no cenário político brasileiro, foram as eleições municipais de 2008 que colocaram definitivamente a competição eleitoral local no cenário partidário nacional.

Em que pese a discussão sobre o papel que as eleições municipais desempenham no cenário político nacional – quer seja na sustentação de governos estaduais e federais, quer seja influenciando nas eleições para governadores e presidente da República, quer apenas servindo exclusivamente para a discussão de interesses locais –, o fato é que a partir das eleições municipais de 2008, partidos, candidatos, lideranças políticas e eleitores foram mobilizados de forma a dar caráter nacional à competição local.

Apesar de alguns autores que trabalham com as variáveis “sistema eleitoral” e “sistema partidário” destacarem a importância das organizações partidárias locais para as eleições municipais (AMES, 1994) e para o legislativo federal (PEREIRA; RENNÓ, 2001), o papel dos partidos e as características dos sistemas partidários locais, no Brasil, têm sido pouco enfatizados.

A alta fragmentação partidária decorrente das regras eleitorais, a natureza federativa do sistema político e a influência do governador e de seu partido na organização partidária local apontam para o desprestígio da função coordenadora exercida pelos partidos, elevando o grau de personalismo político e fazendo ressaltar a atuação do prefeito como o maior detentor do poder local, responsável por individualizar a negociação política e desconsiderar totalmente o papel da organização partidária, independentemente do tamanho do município.

Diante de um quadro de pluralidade da composição político-partidária dos municípios, permeada também pelas diferenças regionais e das dimensões populacionais desses entes federativos, essa pesquisa procurou mapear as disputas partidárias e eleitorais nas eleições municipais de 2012, a partir das clivagens regionais. A questão regional é sempre apontada como uma variável importante na análise da competição eleitoral no nível local, pois as eleições neste nível são as que apresentam as maiores diferenças regionais na competição eleitoral.

Procurando dar conta desta questão procuramos estabelecer a relação entre faixas populacionais e a quantidade de prefeitos e vereadores eleitos, por partido, nas eleições de 2012 e analisar a distribuição dos votos por região, considerando os resultados eleitorais nos municípios de pequeno, médio e grande porte.

Nosso argumento é que apesar da tendência apontada pela literatura brasileira de polarização das eleições federais e estaduais entre PT e PSDB, as agremiações partidárias estruturam e distribuem suas preferências e organizam a escolha eleitoral nas eleições municipais a partir de clivagens regionais, especialmente num país onde estas diferenças são marcantes. Nossa hipótese é que a variável regional exerce um papel importante na distribuição do padrão da votação partidária nas eleições municipais.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte recuperamos o debate bibliográfico sobre o papel da disputa eleitoral nos municípios, na segunda parte realizamos algumas considerações sobre as clivagens regionais no Brasil e na terceira parte analisamos as votações, por partido, para os cargos de prefeitos e vereadores de acordo com a sua distribuição regional. Finalmente apresentamos nossas considerações finais sobre os dados apresentados.

A disputa eleitoral nos municípios

Grande parte da literatura sobre a disputa eleitoral nos municípios considera que o efeito desarticulador da Federação, em combinação com as regras eleitorais e a organização partidária, aponta para o desprestígio da função coordenadora exercida pelos partidos políticos, elevando o grau de personalismo político especialmente na esfera municipal, fazendo ressaltar a atuação do prefeito como o maior detentor do poder local, responsável por individualizar a negociação política e desconsiderar totalmente o papel da organização partidária. Nesta perspectiva as disputas locais se moveriam por temas de interesse local, não levando em conta os partidos políticos e nem o que acontece na esfera nacional.

Existem vários argumentos disponíveis na literatura sobre o papel dos partidos políticos na arena eleitoral, especialmente, sobre o comportamento eleitoral nas eleições municipais, levando a um consenso sobre a falta de articulação entre os diversos níveis da disputa eleitoral.

A alta fragmentação do nosso sistema partidário (Ames, 2003; Mainwaring, 2001; Lima Junior, 1993) em combinação com o elevado índice de indisciplina partidária e o alto grau de personalismo político, contribuiriam para o enfraquecimento dos partidos, prevalecendo “partidos do tipo catch-all, descentralizados, comparativamente indisciplinados e comparativamente individualistas” (Mainwaring, 1999, p.5). A vitória dos candidatos dar-se-ia muito mais em função da força ou da fraqueza dos candidatos do que da influência dos partidos. Os municípios seriam os exemplos mais extremados dessa situação, ao exagerarem a

orientação individualista e fisiológica desempenhada pelos prefeitos e vereadores, em detrimento da força dos partidos políticos na arena de governo.

Para Abrucio (1997, p.147) o executivo estadual desempenha papel relevante nos alinhamentos feitos visando à disputa eleitoral municipal, na qual os grupos se dividem em oposição e situação em relação ao governo local. O aumento do poderio dos Estados e de seus governadores estaria relacionado à vigência de um sistema ultrapresidencialista nos estados e “aos padrões hegemônicos da carreira política brasileira cuja reprodução dá-se pela lealdade às bases locais e pela obtenção de cargos executivos no plano subnacional ou então daqueles no nível nacional que possam trazer recursos aos ‘distritos’ dos políticos”.

Alguns autores trabalharam as evidências da articulação do sistema de partidos no Brasil. Lima Junior (1983) e Lavareda (1991) procuraram discutir este processo para o período de 1945 a 1965, mas só recentemente o tema da estruturação da disputa eleitoral passou a fazer parte do debate sobre o sistema partidário e eleitoral brasileiro.

Carneiro e Almeida (2008) apresentam uma contribuição importante para a análise da articulação das disputas eleitorais nos diversos níveis. Apesar de concordarem com a literatura especializada que aponta o “caráter descentralizado do sistema de partidos, a importância da disputa política no nível subnacional e, especialmente, a contenda eleitoral nos estados para a definição de suas feições”. Estas características não levam necessariamente à “desconexão entre os diferentes níveis do sistema” e nem permitem que as disputas locais sejam sempre moldadas de forma autônoma (p.405).

A articulação do sistema partidário eleitoral local, no Brasil, para estes autores, tem como referência três instituições: 1) as regras que presidem a formação e a organização da esfera municipal de governo de acordo com as regras da federação; 2) o tipo de competição e as características da representação política; 3) a organização dos partidos. Estas três instituições funcionariam “como sistemas de incentivos para o comportamento de partidos, políticos e eleitores, facilitando ou dificultando a articulação do sistema partidário eleitoral”, nos três níveis da Federação. (Carneiro e Almeida, 2008, p.406).

As regras que presidem a formação e a organização da esfera municipal de governo são fundamentais para se entender a competição política local. A Constituição de 1988 transformou os municípios em entes federativos, com autonomia política, administrativa, legislativa e financeira, adquirindo novas competências e atribuições. Acrescentando a este novo perfil dos municípios brasileiros a descentralização política e financeira teremos um quadro que segundo os autores citados se constitui num estímulo à “desconexão entre a

competição política local e aquela que ocorre” (2008, p.406), nas eleições estaduais e nacionais.

O sistema representativo brasileiro possui algumas regras e ciclos eleitorais que tem consequências sobre o sistema partidário eleitoral. As regras eleitorais estabelecem três sistemas diferentes de votação: o majoritário de um turno para prefeitos de cidades com menos de 200 mil habitantes e para senadores; o majoritário de dois turnos para prefeitos de cidades com mais de 200 mil habitantes, governadores e presidente da República e proporcional de lista aberta pra eleger vereadores, deputados estaduais e federais. Todos esses processos funcionam sem vinculação de votos.

Com relação aos ciclos eleitorais existe coincidência entre as eleições presidenciais e para o governo dos estados, Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. As eleições para o Executivo e o Legislativo Municipal acontecem num outro momento.

No sistema partidário brasileiro, há, portanto, um claro problema de coordenação decorrente do incentivo à competição intrapartidária produzido pelo sistema eleitoral, que combina fórmula proporcional e lista aberta com voto categórico em distritos de magnitude elevada. Em função disso, os partidos lidam não apenas com a competição interpartidária (ou intercoligações), mas também com uma forte competição intrapartidária. A visibilidade do político diante dos eleitores é decisiva na definição das chances de obter uma boa posição nas listas partidárias e, conseqüentemente, o mandato (CARNEIRO e ALMEIDA, 2008, p.407).

Ao desafio da coordenação das disputas políticas acrescenta-se a não coincidência das disputas locais com as estaduais e federais. Para estes autores o “subsistema majoritário organiza o proporcional” e na medida em que o sistema partidário articula a competição eleitoral nas três esferas da federação, o sistema partidário nacional apresenta “indícios de vertebração”.

Finalmente a Lei Orgânica dos Partidos permite a organização dos partidos em diretórios municipais, estaduais e nacional, dando liberdade para se organizarem internamente, o que para Marinwaring (1999, p.156-157) teria um efeito descentralizador com a presença de políticos locais e estaduais nas decisões dos diretórios nacionais. Para Carneiro e Almeida (2008, p.408) o fato de existirem representações de um nível, nas outras instâncias superiores permite o estabelecimento de conexões por dentro do partido. “Estas conexões não garantem a coordenação entre pleitos, mas podem facilitá-la ao criar arenas institucionais de negociação”. As regras informais e pouco institucionalizadas no que diz respeito á organização partidária, como por ex. a utilização das comissões provisórias municipais e estaduais, é entendida como

estratégia deliberada da direção partidária para o controle desta sobre as decisões do partido. (Guarnieri, 2011).

A forma como está organizado o sistema eleitoral e partidário no Brasil leva a um argumento muito comum na literatura brasileira sobre o tema, de que as diferenças regionais e locais do comportamento eleitoral produzem organizações partidárias descentralizadas verdadeiras federações partidárias, que dificultam a consolidação de partidos nacionais no país. Partidos nacionais e federações partidárias, diferenças regionais e fragmentação partidária são temas que atravessam a literatura brasileira sobre padrões de votação, na busca de entendimentos sobre o sistema partidário brasileiro.

A questão regional

O Brasil é um país de dimensões territoriais, 8,5 milhões de km², com uma população de 193.946.886 de habitantes que tem sido marcado desde o início da República por profundas desigualdades regionais e enormes disparidades intra e inter-regionais. De acordo com a divisão política geográfica, o país possui 26 estados mais o Distrito Federal. A divisão territorial brasileira está fragmentada em 5.568 municípios cuja maior parte da população vive na zona urbana, sendo que 89,2% deles encontram-se na faixa populacional de 0 a 50 mil habitantes. A divisão em regiões agrupa unidades da federação em cinco regiões oficiais: centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul, cuja extensão e população encontram-se descritas na tabela a seguir:

Tabela 1. Extensão Territorial e População por Região (2010)

Região	Extensão territorial (km²)	População (habitantes)	Eleitorado
Centro - Oeste	1.606.371	14.058.094	10.013.605
Nordeste	1.554.257	53.081.950	38.195.297
Norte	3.853.327	15.864.454	10.600.010
Sudeste	924.511	80.364.410	60.789.706
Sul	576.409	27.386.891	20.795.485

Fonte: IBGE – Censo demográfico de 2010 e TSE.

Os estados mais populosos encontram-se na região sudeste: São Paulo é o estado mais populoso do país com 41,9 milhões de habitantes (21,6% do total de habitantes do país), Minas Gerais com 19,8 milhões de habitantes e o Rio de Janeiro com 16,2 milhões de habitantes.

Imagem 1. Divisão Regional do Brasil



Fonte: <http://www.brasilecola.com/brasil/regioes-brasileiras.html>

Vários indicadores são utilizados para caracterizar as diferenças regionais no país: tamanho da população, extensão territorial, produto interno, produção industrial, renda por habitante, renda per capita, esperança de vida, participação no PIB nacional. Alguns mecanismos de compensação política e de tributação procuram minimizar essas diferenças, tais como uma maior representação proporcional na Câmara dos Deputados dos estados menos desenvolvidos (norte, nordeste e centro oeste) e um sistema tributário voltado para um melhor equilíbrio horizontal e vertical das receitas públicas, através da distribuição da receita nacional das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, através do Fundo de Participação dos Estados -FPE e do Fundo de Participação dos Municípios –FPM.

As essas diferenças acrescenta-se a fragmentação territorial do país em 5568 municípios, cuja maior parte da população vive na zona urbana, sendo que 89,2% de seus habitantes encontram-se em municípios de zero a 50 mil habitantes.

Apesar da Constituição de 1988 ter promovido uma significativa descentralização dos recursos tributários e do poder político no Brasil (Souza,1988), novos desafios foram colocados para o enfrentamento das disparidades regionais, especialmente no que diz respeito ao tamanho dos municípios e a sua distribuição desigual entre as regiões..

O cruzamento das variáveis região e faixas populacionais permite identificar a distribuição dos municípios brasileiros nestas faixas e a dimensão dessas diferenças.

Tabela 2. Cruzamento entre as variáveis região e faixas populacionais

Região	Faixas populacionais						Total
	0 a 50 mil habitantes	50.001 até 100 mil habitantes	100.001 até 200 mil habitantes	200.001 até 500 mil habitantes	500.001 até 1 milhão de habitantes	1.000.001 ou mais habitantes	
Centro-Oeste	432	17	11	3	2	1	466
	92,7%	3,6%	2,4%	,6%	,4%	,2%	100,0%
Norte	388	41	11	8	0	2	450
	86,2%	9,1%	2,4%	1,8%	,0%	,4%	100,0%
Nordeste	1623	114	31	15	6	4	1793
	90,5%	6,4%	1,7%	,8%	,3%	,2%	100,0%
Sul	1091	52	27	17	2	2	1191
	91,6%	4,4%	2,3%	1,4%	,2%	,2%	100,0%
Sudeste	1435	96	69	51	11	6	1668
	86,0%	5,8%	4,1%	3,1%	,7%	,4%	100,0%
Total	4969	320	149	94	21	15	5568
	89,2%	5,7%	2,7%	1,7%	,4%	,3%	100,0%

Fonte: IBGE – Censo 2010; Banco de dados dos autores.

De acordo com este cruzamento de dados, verifica-se que todas as regiões possuem mais de 85% de seus municípios situados na primeira faixa populacional, a qual vai de 0 a 50 mil habitantes. Isso revela que 4.968 municípios brasileiros ou 89,2% do total de cidades do país, são de pequeno porte. Já as cidades de médio e grande porte do país, somando seus percentuais, chegaram a uma cifra de 10,8%, apontando para uma realidade nacional de pequenos municípios, o que sem dúvidas gera maiores despesas ao Estado tendo em vista o potencial de arrecadação menor de cada um destes municípios em vista dos gastos com a estrutura de governo municipal.

Considerando o percentual de municípios em cada uma das regiões, verifica-se que a região Sul é a que mais possui municípios na primeira faixa populacional. Nesta tabela os dados expõem os percentuais nas linhas para identificarmos a situação de cada uma das regiões. A relação estabelecida é a de quanto do total de municípios de cada uma das regiões diz respeito a cada uma das cinco faixas populacionais estabelecidas. Desta maneira, a região Norte é a que possui maior percentual de municípios na segunda faixa populacional. Na terceira faixa aparece a região Norte novamente junto com a região Centro-Oeste. Já a região Sudeste apresenta maiores percentuais nas demais faixas, demonstrando que a distribuição de municípios de médio e grande porte nela é maior do que nas demais regiões.

A tabela 3 identifica comparativamente a distribuição dos municípios entre as regiões.

Tabela 3. Cruzamento entre as variáveis região e faixas populacionais

Região	Faixas populacionais						Total
	0 a 50 mil habitantes	50.001 até 100 mil habitantes	100.001 até 200 mil habitantes	200.001 até 500 mil habitantes	500.001 até 1 milhão de habitantes	1.000.001 ou mais habitantes	
Centro-Oeste	432 8,7%	17 5,3%	11 7,4%	3 3,2%	2 9,5%	1 6,7%	466 8,4%
Norte	388 7,8%	41 12,8%	11 7,4%	8 8,5%	0 ,0%	2 13,3%	450 8,1%
Nordeste	1623 32,7%	114 35,6%	31 20,8%	15 16,0%	6 28,6%	4 26,7%	1793 32,2%
Sul	1091 22,0%	52 16,3%	27 18,1%	17 18,1%	2 9,5%	2 13,3%	1191 21,4%
Sudeste	1435 28,9%	96 30,0%	69 46,3%	51 54,3%	11 52,4%	6 40,0%	1668 30,0%
Total	4969 100,0%	320 100,0%	149 100,0%	94 100,0%	21 100,0%	15 100,0%	5568 100,0%

Fonte: IBGE – Censo 2010; Banco de dados dos autores.

Após verificarmos os percentuais de municípios por faixas populacionais em cada uma das regiões podemos agora analisar a situação entre as regiões. Neste caso, a região Nordeste é a que mais possui municípios situados na primeira e na segunda faixa populacional (32,7% e 35,6%), as quais agregam os municípios de pequeno porte. Já para as outras três faixas populacionais, que dizem respeito aos municípios de médio e grande porte, em todas elas destaca-se a região Sudeste com os maiores percentuais. Este cenário indica duas condições importantes da dinâmica da competição política no país: 1) os partidos precisam levar em conta essas configurações regionais para a distribuição da organização dos seus diretórios ou comissões, cientes de que em cidades menores a figura partidária em si é menos importante do que a figura pessoal; 2) derivada desta condição, eles precisam traçar suas estratégias, levando em conta o que é mais vantajoso: controlar pequenos municípios dispersos pelo país ou concentrar suas energias em cidades médias e grandes com eleitorados maiores, nas quais, em tese, as siglas partidárias são vistas localmente por este eleitorado de maneira diferente das pequenas cidades, tendo em vista que as disputas eleitorais são mais polarizadas e com graus diferenciados de interesse tensionados na arena eleitoral.

Se desagregarmos estas faixas populacionais a fim de valorizarmos a situação dos pequenos municípios veremos que as regiões mais populosas e com maior número de cidades, as regiões Nordeste e Sudeste, continuam também possuindo os maiores percentuais em cada uma das faixas populacionais. Neste caso, os filtros de faixas populacionais ficaram da seguinte forma: 1) municípios que possuem até 10 mil habitantes; 2) de 10.001 até 20 mil habitantes; 3) 20.001 até 30 mil habitantes; 4) 30.001 até 40 mil habitantes; 5) 40.001 até 50 mil habitantes; 6) 50.001 até 100 mil habitantes; 7) 100.001 até 200 mil habitantes; 8) 200.001 até 500 mil habitantes; 9) 500.001 até 1 milhão de habitantes; 10) 1.000.001 ou mais habitantes.

Na tabela 4 é possível identificar que a única diferença em relação à tabela anterior é que na primeira e na quinta faixa populacional a região Sudeste possui maior percentual de municípios do que a região Nordeste. Ou seja, a região Sudeste embora tenha os maiores percentuais de municípios de médio e grande porte possui também os maiores percentuais de municípios pequenos.

Sem dúvida, este fator possui importância quando se aborda a questão da competição política e da sobrevivência de pequenas siglas partidárias como será discutido na próxima subseção. No demais, em termos comparativos, as duas regiões podem ser vistas como as mais relevantes na montagem das estratégias eleitorais das siglas partidárias.

Tabela 4. Cruzamento entre as variáveis região e faixas populacionais desmembradas para enfatizar a distribuição dos municípios de pequeno porte

Região	Faixas populacionais desmembradas										
	0 a 10 mil habitantes	10.001 até 20 mil habitantes	20.001 até 30 mil habitantes	30.001 até 40 mil habitantes	40.001 até 50 mil habitantes	50.001 até 100 mil habitantes	100.001 até 200 mil habitantes	200.001 até 500 mil habitantes	500.001 até 1 milhão de habitantes	1.000.001 ou mais	Total
Centro-Oeste	249 9,9%	111 7,9%	35 6,0%	22 7,1%	15 9,8%	17 5,2%	11 7,3%	3 3,2%	2 8,7%	1 7,1%	466 8,4%
Norte	168 6,7%	108 7,7%	63 10,9%	31 10,0%	17 11,1%	42 13,0%	11 7,3%	8 8,4%	0 ,0%	2 14,3%	450 8,1%
Nordeste	602 23,9%	593 42,3%	250 43,1%	127 41,1%	50 32,7%	114 35,2%	31 20,7%	15 15,8%	7 30,4%	4 28,6%	1793 32,2%
Sul	709 28,2%	234 16,7%	77 13,3%	50 16,2%	20 13,1%	53 16,4%	27 18,0%	17 17,9%	2 8,7%	2 14,3%	1191 21,4%
Sudeste	789 31,3%	357 25,4%	155 26,7%	79 25,6%	51 33,3%	98 30,2%	70 46,7%	52 54,7%	12 52,2%	5 35,7%	1668 30,0%
Total	2517 100,0%	1403 100,0%	580 100,0%	309 100,0%	153 100,0%	324 100,0%	150 100,0%	95 100,0%	23 100,0%	14 100,0%	5568 100,0%

Fonte: IBGE – Censo 2010; Banco de dados dos autores.

Nossa intenção ao analisar a distribuição regional por faixas populacionais dos municípios brasileiros é apresentar a evolução do desempenho eleitoral regional por faixa de população dos municípios procurando identificar os territórios onde as preferências partidárias estão mais solidificadas.

O desempenho dos partidos políticos nas eleições municipais majoritárias

O alto número de partidos que tem competido nas eleições brasileiras, 27 em 2008 e 29 em 2012, sugere uma forte fragmentação do sistema partidário brasileiro. No entanto, os números expressivos de votos obtidos por partidos como o PMDB, PT e PSDB nessas

eleições indicam a consolidação destes partidos em todo o território nacional. A análise da série histórica das eleições municipais desde 1996 dá sustentação a essa afirmação.

Por outro lado os partidos menores formam um sólido bloco competitivo, que entram na composição das coligações dos blocos políticos que dividem a política nacional apesar de carregarem características regionais e locais que interferem fortemente na arena eleitoral definindo estratégias eleitorais nas eleições para os governos estaduais e municipais.

Nesse sentido, as pequenas legendas mantidas no sistema partidário brasileiro garantiriam um suporte eleitoral maior para as grandes legendas e lhes permitiriam dar conta das diferenças regionais e locais e de suas dificuldades organizacionais. Apesar da literatura sobre o tema apontar que o papel predominante destas legendas está na ampliação do tempo do horário eleitoral, nas coligações partidárias, outras questões devem ser levadas em conta na análise sobre o papel desses pequenos partidos nas eleições municipais.

A análise do desempenho dos partidos políticos foi feita a partir de dois blocos: 1) resultados dos maiores partidos; 2) resultados dos menores partidos.

A tabela a seguir mostra o desempenho dos 10 maiores partidos dentre os 29 que disputaram as eleições majoritárias de 2012, cruzado com o desempenho regional do partido.

Tabela 5. Desempenho eleitoral dos maiores partidos brasileiros por região

Partidos	Região					
	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total
PMDB	110 10,7%	91 8,9%	286 27,9%	295 28,8%	243 23,7%	1025 100,0%
PSDB	68 9,6%	69 9,8%	120 17,0%	122 17,3%	326 46,2%	705 100,0%
PT	39 6,1%	54 8,5%	188 29,5%	158 24,8%	199 31,2%	638 100,0%
PSD	61 12,3%	67 13,5%	205 41,4%	93 18,8%	69 13,9%	495 100,0%
PP	24 5,1%	23 4,9%	103 22,0%	208 44,4%	110 23,5%	468 100,0%

PSB	25 5,7%	27 6,1%	265 60,1%	34 7,7%	90 20,4%	441 100,0%
PDT	22 7,1%	9 2,9%	91 29,5%	113 36,7%	73 23,7%	308 100,0%
PTB	20 6,8%	17 5,8%	108 36,7%	44 15,0%	105 35,7%	294 100,0%
DEM	33 12,0%	13 4,7%	80 29,0%	37 13,4%	113 40,9%	276 100,0%
PR	30 10,9%	36 13,1%	95 34,7%	19 6,9%	94 34,3%	274 100,0%
Partidos Menores	34 5,3%	44 6,8%	252 39,1%	68 10,6%	246 38,2%	644 100,0%
Total	466 8,4%	450 8,1%	1793 32,2%	1191 21,4%	1668 30,0%	5568 100,0%

Fonte: TSE – repositório de dados eleitorais; Banco de dados dos autores

Dentre os maiores partidos os três que se destacam são PMDB (1025 prefeituras), PSDB (705) e PT (638). Um elemento novo nestas eleições é a presença do PSD, partido cujo líder, o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, saiu do zero e conseguiu conquistar 495 prefeituras pelo país. O desempenho geral do PSB colocou-o, como o sexto maior partido do país. Na realidade, o PSB parece ter ganho projeção sobre partidos como o PDT, DEM, PTB e PR, os quais sempre ocuparam, dentre os grandes partidos, posições intermediárias no desempenho eleitoral.

Ao analisarmos o desempenho por região é possível verificar a distribuição das vitórias entre os partidos, apontando quais regiões são mais importantes para cada um dos partidos. O PMDB conquistou mais prefeituras na região Sul (28,8%) e na região Nordeste (28,8%), embora tenha um desempenho significativo também na região Sudeste (23,7%). Para o segundo colocado, o PSDB, quase 50% das prefeituras conquistadas estão situadas na região Sudeste, chegando à cifra de 46,2%, mostrando claramente a localização geográfica do reduto do partido quando abordamos eleições municipais. Já o PT embora possua um bom percentual na região Sudeste (31,2%), tem suas vitórias divididas também entre as regiões Nordeste (29,5%) e região Sul (24,8%). No entanto, um dos dados mais interessantes diz

respeito ao desempenho do PSD. Embora o maior percentual de prefeituras conquistadas esteja localizado na região Nordeste, o partido apresentou uma distribuição mais equilibrada de suas vitórias entre as regiões. Comparando-se o seu desempenho com os demais partidos é possível verificar que os seus percentuais de vitórias foram os melhores nas regiões Centro-Oeste (12,3%) e Norte (13,5%), ficando, portanto, acima dos 10% em todas as regiões que venceu, resultado este conquistado também pelo PR. Quanto ao PSB, o dado importante diz respeito ao percentual atingido na região Nordeste (60,0% do total das prefeituras conquistadas), apontando para uma organização regionalmente centrada sob a liderança de seu presidente nacional, o governador do Pernambuco, Eduardo Campos. Já dentre o desempenho dos menores partidos, agregados nesta tabela na última linha, é possível identificarmos que as regiões Nordeste e Sudeste foram as grandes responsáveis pelas suas vitórias.

Se apresentarmos esta mesma tabela com os percentuais nas colunas podemos verificar também qual partido possui maior “peso” em cada uma das regiões.

Tabela 6. Desempenho eleitoral dos maiores partidos brasileiros por região

Partidos	Região					
	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total
PMDB	110 23,6%	91 20,2%	286 16,0%	295 24,8%	243 14,6%	1025 18,4%
PSDB	68 14,6%	69 15,3%	120 6,7%	122 10,2%	326 19,5%	705 12,7%
PT	39 8,4%	54 12,0%	188 10,5%	158 13,3%	199 11,9%	638 11,5%
PSD	61 13,1%	67 14,9%	205 11,4%	93 7,8%	69 4,1%	495 8,9%
PP	24 5,2%	23 5,1%	103 5,7%	208 17,5%	110 6,6%	468 8,4%
PSB	25 5,4%	27 6,0%	265 14,8%	34 2,9%	90 5,4%	441 7,9%

PDT	22 4,7%	9 2,0%	91 5,1%	113 9,5%	73 4,4%	308 5,5%
PTB	20 4,3%	17 3,8%	108 6,0%	44 3,7%	105 6,3%	294 5,3%
DEM	33 7,1%	13 2,9%	80 4,5%	37 3,1%	113 6,8%	276 5,0%
PR	30 6,4%	36 8,0%	95 5,3%	19 1,6%	94 5,6%	274 4,9%
Partidos Menores	34 7,3%	44 9,8%	252 14,1%	68 5,7%	246 14,7%	644 11,6%
Total	466 100,0%	450 100,0%	1793 100,0%	1191 100,0%	1668 100,0%	5568 100,0%

Fonte: TSE – repositório de dados eleitorais; Banco de dados dos autores.

De acordo com estes dados o peso dos partidos em cada região se distribui da seguinte forma: na região Centro-Oeste o partido que obteve melhor desempenho foi o PMDB (23,6% do total de prefeituras conquistadas na região), seguido pelo PSDB (14,6%), pelo PSD (13,1%) e, apenas em quarto colocado, o PT (8,4%); da mesma maneira que na região Nordeste e na região Norte a ordem do desempenho dos partidos é a mesma, ficando o PMDB em primeiro lugar (20,2%), seguido do PSDB (15,3%), do PSD (14,9%) e do PT (12%), sendo que os demais partidos não chegam à cifra dos 10%. Na região Nordeste o quadro se inverte, sendo que em primeiro lugar continuamos tendo o PMDB (16%), seguido agora do PSB (14,8%), do PSD (11,4%) e, por fim, novamente pelo PT (10,5%). Nesta região o PSDB mostra a sua fragilidade em conseguir vitórias eleitorais, ficando apenas com 6,7%, sendo um percentual muito próximo aos demais partidos. Na região Sul os resultados também são favoráveis ao PMDB (24,8%), seguido pelo PP (17,5%), PT (13,3%) e depois pelo PSDB (10,2%). Nesta região quem apresenta pouco peso dentre estes grandes vitoriosos é o PSD, com 7,8%; por último, apenas na região Sudeste é que o PMDB não fica na primeira posição, mas sim na segunda (com 14,6%). Em primeiro lugar aparece o PSDB (19,5%) e, em terceiro lugar, o PT (11,9%). Fato curioso é que o PSD, a exemplo do seu desempenho na região Sul, possui pouco peso na região Sudeste, ficando em último lugar dentre os grandes com apenas 4,1% das prefeituras.

Outro fator importante nesta análise sobre o desempenho dos partidos é verificar como foi o desempenho dentre os menores partidos. As Tabelas 12 e 13 mostram este dado, apresentando primeiramente os totais nas linhas e depois nas colunas.

Tabela 7. Desempenho eleitoral dos menores partidos brasileiros por região

Partidos	Região					
	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total
PPS	9	8	23	28	55	123
	7,3%	6,5%	18,7%	22,8%	44,7%	100,0%
PV	1	4	31	10	51	97
	1,0%	4,1%	32,0%	10,3%	52,6%	100,0%
PSC	5	7	32	15	26	85
	5,9%	8,2%	37,6%	17,6%	30,6%	100,0%
PRB	2	1	54	0	24	81
	2,5%	1,2%	66,7%	,0%	29,6%	100,0%
PCdoB	0	5	35	0	15	55
	,0%	9,1%	63,6%	,0%	27,3%	100,0%
PMN	1	3	14	3	20	41
	2,4%	7,3%	34,1%	7,3%	48,8%	100,0%
PTdoB	3	2	15	1	4	25
	12,0%	8,0%	60,0%	4,0%	16,0%	100,0%
PRP	4	4	8	1	7	24
	16,7%	16,7%	33,3%	4,2%	29,2%	100,0%
PSL	0	2	7	2	12	23
	,0%	8,7%	30,4%	8,7%	52,2%	100,0%
PTC	4	0	7	1	9	21
	19,0%	,0%	33,3%	4,8%	42,9%	100,0%
PHS	1	1	5	3	7	17
	5,9%	5,9%	29,4%	17,6%	41,2%	100,0%

PRTB	1 6,3%	3 18,8%	6 37,5%	2 12,5%	4 25,0%	16 100,0%
PPL	1 8,3%	0 ,0%	5 41,7%	2 16,7%	4 33,3%	12 100,0%
PTN	1 8,3%	3 25,0%	6 50,0%	0 ,0%	2 16,7%	12 100,0%
PSDC	0 ,0%	0 ,0%	4 44,4%	0 ,0%	5 55,6%	9 100,0%
PSOL	0 ,0%	1 50,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 50,0%	2 100,0%
Partidos Maiores	433 8,8%	406 8,2%	1541 31,3%	1123 22,8%	1422 28,9%	4925 100,0%
Total	466 8,4%	450 8,1%	1793 32,2%	1191 21,4%	1668 30,0%	5568 100,0%

Fonte: TSE – repositório de dados eleitorais; Banco de dados dos autores.

Dentre os menores, 16 deles conseguiram conquistar prefeituras pelo país. Os cinco melhores colocados foram o PPS, o PV, o PSC, o PRB e o PCdoB. No caso do PPS os seus maiores percentuais estão na região Sudeste (44,7%) e na região Sul (22,8%). No caso do PV suas conquistas foram melhores nas regiões Sudeste (52,6%) e Nordeste (32,0%). Para o PSC foi o inverso do PV, tendo 37,6% de suas vitórias concentradas na região Nordeste e 30,6% na região Sudeste. Já o PRB, partido cujos dirigentes são ligados à Igreja Universal do Reino de Deus, seu desempenho foi majoritariamente melhor na região Nordeste (66,7%), seguida da região Sudeste (29,6%). O PCdoB apresenta concentração de vitórias semelhante ao PRB, tendo seu principal desempenho também na região Nordeste (63,6%) e na região Sudeste (27,3%). No geral, é possível observar que dentre os menores partidos, suas vitórias estão concentradas nas regiões Nordeste e Sudeste, cuja causa pode estar na alta concentração de municípios de pequeno porte nestas regiões, conforme analisado anteriormente.

Tabela 8. Desempenho eleitoral dos menores partidos brasileiros por região

Partidos	Região					
	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total
PPS	9 1,9%	8 1,8%	23 1,3%	28 2,4%	55 3,3%	123 2,2%
PV	1 ,2%	4 ,9%	31 1,7%	10 ,8%	51 3,1%	97 1,7%
PSC	5 1,1%	7 1,6%	32 1,8%	15 1,3%	26 1,6%	85 1,5%
PRB	2 ,4%	1 ,2%	54 3,0%	0 ,0%	24 1,4%	81 1,5%
PCdoB	0 ,0%	5 1,1%	35 2,0%	0 ,0%	15 ,9%	55 1,0%
PMN	1 ,2%	3 ,7%	14 ,8%	3 ,3%	20 1,2%	41 ,7%
PTdoB	3 ,6%	2 ,4%	15 ,8%	1 ,1%	4 ,2%	25 ,4%
PRP	4 ,9%	4 ,9%	8 ,4%	1 ,1%	7 ,4%	24 ,4%
PSL	0 ,0%	2 ,4%	7 ,4%	2 ,2%	12 ,7%	23 ,4%
PTC	4 ,9%	0 ,0%	7 ,4%	1 ,1%	9 ,5%	21 ,4%
PHS	1 ,2%	1 ,2%	5 ,3%	3 ,3%	7 ,4%	17 ,3%
PRTB	1 ,2%	3 ,7%	6 ,3%	2 ,2%	4 ,2%	16 ,3%
PPL	1 ,2%	0 ,0%	5 ,3%	2 ,2%	4 ,2%	12 ,2%

PTN	1 ,2%	3 ,7%	6 ,3%	0 ,0%	2 ,1%	12 ,2%
PSDC	0 ,0%	0 ,0%	4 ,2%	0 ,0%	5 ,3%	9 ,2%
PSOL	0 ,0%	1 ,2%	0 ,0%	0 ,0%	1 ,1%	2 ,0%
Partidos Maiores	433 92,9%	406 90,2%	1541 85,9%	1123 94,3%	1422 85,3%	4925 88,5%
Total	466 100,0%	450 100,0%	1793 100,0%	1191 100,0%	1668 100,0%	5568 100,0%

Fonte: TSE – repositório de dados eleitorais; Banco de dados dos autores.

Como o esperado, bem diferente do que se averiguou no desempenho dos maiores partidos, dentre os menores, o “peso” que possuem por região é muito pequeno. Considerando-se o desempenho desses 16 partidos menores apenas o PPS consegue obter mais de 1% de prefeituras em todas as regiões. A tese da fragmentação partidária no Brasil é passível de ser colocada em discussão. Afinal de contas, de acordo com a análise dos dados, os grandes partidos é que concentram vitórias eleitorais nas distintas regiões do país, sobrando para os partidos menores uma pequena parcela do total de prefeituras. Em larga medida as vitórias destes pequenos partidos podem ser lidas também como a incapacidade dos grandes partidos em, de fato, conseguirem se organizar nacionalmente por todas as regiões, salve especialmente o caso do PMDB, o qual parece ser o único partido com maior capacidade de vitórias nas diferentes regiões, conforme mostrado anteriormente.

Prova deste argumento é quando constatamos o desempenho destes dois grupos de partidos (os maiores e os menores) tendo em vista não mais as regiões, mas sim as faixas populacionais, conforme mostra a próxima tabela.

Tabela 9. Desempenho eleitoral dos maiores partidos brasileiros por faixa populacional

Partidos	Faixas populacionais						Total
	0 a 50 mil habitantes	50.001 até 100 mil habitantes	100.001 até 200 mil habitantes	200.001 até 500 mil habitantes	500.001 até 1 milhão de habitantes	1.000.001 ou mais habitantes	
PMDB	925	55	25	16	3	1	1025
	18,6%	17,2%	16,8%	17,0%	14,3%	6,7%	18,4%
PSDB	616	42	21	21	3	2	705
	12,4%	13,1%	14,1%	22,3%	14,3%	13,3%	12,7%
PT	534	50	31	14	5	4	638
	10,7%	15,6%	20,8%	14,9%	23,8%	26,7%	11,5%
PSD	455	20	15	3	2	0	495
	9,2%	6,3%	10,1%	3,2%	9,5%	,0%	8,9%
PP	435	17	12	3	1	0	468
	8,8%	5,3%	8,1%	3,2%	4,8%	,0%	8,4%
PSB	385	31	11	8	2	4	441
	7,7%	9,7%	7,4%	8,5%	9,5%	26,7%	7,9%
PDT	271	22	7	5	1	2	308
	5,5%	6,9%	4,7%	5,3%	4,8%	13,3%	5,5%
PTB	269	17	6	2	0	0	294
	5,4%	5,3%	4,0%	2,1%	,0%	,0%	5,3%
DEM	261	8	0	4	2	1	276
	5,3%	2,5%	,0%	4,3%	9,5%	6,7%	5,0%
PR	252	15	4	2	1	0	274
	5,1%	4,7%	2,7%	2,1%	4,8%	,0%	4,9%
Partidos Menores	566	43	17	16	1	1	644
	11,4%	13,4%	11,4%	17,0%	4,8%	6,7%	11,6%
Total	4969	320	149	94	21	15	5568
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: TSE – repositório de dados eleitorais; Banco de dados dos autores.

Como é possível observar, na primeira faixa populacional, dos pequenos municípios, quem mais obteve vitórias foi o PMDB, seguido do PSDB e do PT. Já na segunda faixa populacional, dos municípios de pequeno/médio porte, o PMDB aparece novamente em primeiro lugar seguido do PT e do PSB. Já na terceira faixa, que contém os municípios com mais de 100 mil habitantes, quem aparece em primeiro lugar é o PT, seguido do PMDB e do PSDB. Na quarta faixa populacional dos municípios de médio porte aparece em primeiro lugar o PSDB, seguido do PMDB e do PT. Na quinta faixa, que agrega os grandes municípios, o PT aparece em primeiro lugar novamente, seguido do PMDB e do PSDB em segundo lugar, ambos apresentando os mesmos percentuais. Já na última faixa, dos municípios com mais de 1 milhão de habitantes o PT aparece empatado em primeiro lugar junto com o PSB em seguida vem o PSDB e PDT, também empatados e logo depois, vem o PMDB empatado com o DEM. Diante deste quadro o que este conjunto de informações nos aponta? Elas mostram aspectos das estratégias de organização dos partidos na competição eleitoral. Para o PMDB, parece ser mais vantajoso possuir uma grande quantidade de prefeituras situadas em pequenos municípios, mostrando assim capilaridade nacional e regional, enquanto para partidos onde sua maior votação está concentrada nos médios e maiores municípios como o PT e o PSDB, o peso de seu eleitorado vai estar nas regiões mais urbanizadas do país.

No caso dos partidos menores, a tabela a seguir mostra que a participação destes partidos nas faixas populacionais é muito pequena, salve apenas o percentual alcançado pelo PV (4,0%) na terceira faixa populacional e do PPS (4,3%) na quarta faixa. Interessante observar que na faixa de mais de 500.000 habitantes apenas o PCdoB (4,8%) e o PTC (6,7%) conseguem votação. Nos demais partidos, os percentuais de votação são pouco significativos, o que contribui para o argumento de que a questão regional é mais significativa para o desempenho dos partidos do que o tamanho dos municípios.

Tabela 10. Desempenho eleitoral dos menores partidos brasileiros por faixa populacional

Partidos	Faixas populacionais						Total
	0 a 50 mil habitantes	50.001 até 100 mil habitantes	100.001 até 200 mil habitantes	200.001 até 500 mil habitantes	500.001 até 1 milhão de habitantes	1.000.001 ou mais habitantes	
PRB	72 1,4%	6 1,9%	0 ,0%	3 3,2%	0 ,0%	0 ,0%	81 1,5%
PSL	21 ,4%	2 ,6%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	23 ,4%
PTN	8 ,2%	3 ,9%	0 ,0%	1 1,1%	0 ,0%	0 ,0%	12 ,2%
PSC	75 1,5%	7 2,2%	2 1,3%	1 1,1%	0 ,0%	0 ,0%	85 1,5%
PPS	107 2,2%	9 2,8%	3 2,0%	4 4,3%	0 ,0%	0 ,0%	123 2,2%
PSDC	8 ,2%	1 ,3%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	9 ,2%
PRTB	15 ,3%	0 ,0%	1 ,7%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	16 ,3%
PHS	15 ,3%	1 ,3%	1 ,7%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	17 ,3%
PMN	38 ,8%	2 ,6%	1 ,7%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	41 ,7%
PTC	20 ,4%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 6,7%	21 ,4%
PV	82 1,7%	6 1,9%	6 4,0%	3 3,2%	0 ,0%	0 ,0%	97 1,7%
PRP	20 ,4%	3 ,9%	1 ,7%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	24 ,4%

PSOL	1 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	1 1,1%	0 ,0%	0 ,0%	2 ,0%
PPL	11 ,2%	1 ,3%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	12 ,2%
PCdoB	47 ,9%	2 ,6%	2 1,3%	3 3,2%	1 4,8%	0 ,0%	55 1,0%
PTdoB	25 ,5%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	25 ,4%
Partidos Maiores	4404 88,6%	277 86,6%	132 88,6%	78 83,0%	20 95,2%	14 93,3%	4925 88,5%
Total	4969 100,0%	320 100,0%	149 100,0%	94 100,0%	21 100,0%	15 100,0%	5568 100,0%

Fonte: TSE – repositório de dados eleitorais; Banco de dados dos autores.

Considerações Finais

Analisados sob os mais diversos aspectos, o desempenho dos partidos políticos nas eleições majoritárias de 2012 nos possibilita chegar a um conjunto de apontamentos:

O partido que venceu as eleições municipais majoritárias em 2012, como vem acontecendo desde 1996 foi o PMDB. É o partido que conquistou o maior número de prefeituras (1.025), passa a controlar a segunda maior fatia do orçamento dos municípios brasileiros (mais de 60 bilhões de reais), possui uma taxa de sucesso eleitoral de quase 50%, e, quando analisado o seu desempenho tendo por base a divisão dos municípios por regiões, apenas na região Sudeste não consegue obter o maior percentual de municípios.. A sua força eleitoral e política fica concentrada basicamente nos municípios de pequeno e /médio porte e é o partido com maior capilaridade organizacional, possuindo a maior quantidade de filiados no país (mais de 2 milhões de pessoas). Nacionalmente possui a maior bancada na Câmara dos Deputados, faz parte do governo federal, ocupando a vice-presidência da República. Dentro dessas condições, o partido possui recursos suficientes para a ampliação de sua estrutura organizacional e sempre está na composição de governos importantes no país;

O PSDB ficou em segundo lugar no resultado final das eleições majoritárias conquistando 705 prefeituras e ainda possui na região Sudeste o seu principal reduto eleitoral

que lhe garantem boa parte das suas vitórias, embora venha aumentando a quantidade de prefeituras conquistadas nas regiões Centro-Oeste e Norte. Quanto às capitais, conseguiu a mesma quantidade que o PT (4), embora o eleitorado que o PSDB controla nessa circunscrição é menor que o do PSB, PT e PMDB. Do ponto de vista do orçamento que passa a administrar quase que triplicou em relação às prefeituras que possuía em 2008, fator este que pode garantir um fôlego eleitoral maior ao partido para o próximo pleito em 2016 e 2018. Quanto às taxas de sucesso eleitoral mantém-se acima dos 40%, sendo este dado uma resposta positiva dos eleitores aos candidatos lançados pelos partidos;

Embora o PT tenha ficado em terceiro lugar no resultado final das eleições majoritárias, controlando mais de 70 bilhões dos orçamentos municipais e tenha conquistado quatro capitais (dentre elas a mais importante, a cidade de São Paulo) o partido, no geral, mantém a pior porcentagem, dentre os grandes partidos, de sucesso eleitoral. Isso aponta para uma rejeição dos candidatos do PT por diversos tipos de eleitorado. Quanto ao seu desempenho, tendo em vista as regiões do país, consegue boa parte de seus percentuais de vitória nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, mas quando comparado o “peso” que possui nestas regiões com os demais partidos seus percentuais não chegam aos 15%. Os esforços eleitorais das lideranças do partido, principalmente na figura do ex-presidente Lula geraram em certa medida bons resultados, mas ainda estão aquém do que o partido deseja tendo em vista os 10 anos que já está à frente da presidência do país.

O PSD, o mais novo partido a disputar as eleições de 2012, surge como uma sigla forte, aproveitando para ganhar capilaridade nas regiões Centro-Oeste e Norte, nas quais os demais partidos tem menor penetração. Herdando parte das lideranças desgastadas e já sem espaço dentro do DEM, o partido alcançou o quarto lugar nas eleições majoritárias de 2012, demonstrando ser uma força política apta a negociar e construir alianças políticas tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. Prova de sua competência eleitoral está expressa também na alta taxa de sucesso eleitoral. Sua maior derrota, talvez, é quanto a parcela dos orçamentos municipais que administrará, ficando em último lugar se comparado aos demais partidos, apontando para uma maior penetração eleitoral em municípios de pequeno porte. Por sua vez, o desempenho do PSB apareceu nos noticiários e nas análises políticas como um grande vencedor, embora sua real vitória deva ser ponderada. Sem dúvidas o partido ganhou grande projeção devido a conquista de 5 das 26 capitais, passando a administrar também o sêxtuplo dos orçamentos municipais que administrava em 2008. Na análise do seu desempenho por regiões verificou-se sua grande concentração na região Nordeste, em parte devido ao governo estadual bem avaliado do presidente nacional da sigla,

Eduardo Campos. É o partido que também teve o maior aumento na variação percentual da quantidade de prefeituras conquistadas em 2012 quando comparadas a 2008;

Apesar da variação regional nos percentuais de votos o PP, PDT, PTB, PR e DEM, mantêm-se entre os maiores partidos. O DEM foi o que mais perdeu, enquanto os outros mantiveram um desempenho eleitoral mediano, com destaque negativo apenas para as perdas significativas do PP e do PTB no que toca a quantidade de prefeituras conquistadas. Quanto ao DEM, ele diminuiu em quase metade a quantidade de prefeituras que possuía, perdeu grande parte do controle que detinha sobre os orçamentos municipais e passou a ocupar dentre os dez maiores partidos a penúltima colocação tendo atrás dele apenas o PR. Talvez o único grande trunfo do DEM nestas eleições tenha sido a vitória de Antonio Carlos Magalhães Neto, em Salvador, derrotando o candidato petista.

Por último, quanto aos pequenos partidos, destaca-se apenas a atuação do PPS e do PV, os quais procuram, a cada competição eleitoral municipal ampliar suas vitórias eleitorais, embora o “peso” que possuam em cada uma das regiões seja muito pequeno quanto comparado, inclusive, ao menor dentre os grandes, o PR.

Referências

- ABRUCIO, Fernando Luiz; SAMUELS, David (1997): A nova política dos governadores. **Lua Nova**. São Paulo, n. 40-41, Ago., p.137-166.
- ABRUCIO, Fernando Luiz (1998): Os barões da federação. **Lua Nova**, n. 33, p. 165-184.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2006): Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias no Brasil. In: SOARES, Glaucio Ary Dilon e RENNÓ, Lúcio Remuzat (Org.). **Reforma Política. Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: FGV.
- BRASIL. (2003): Constituição da República Federativa do Brasil, 14.ed., Rio de Janeiro: DP & A Editora. (Atualizada pelo EC 40).
- CAREY, J.M e SHUGART, M.S. (1995): Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**,v.14, p.417-439.
- CARNEIRO, Leandro Piquet e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (2008): Definindo arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v.51, n.2, p. 403-432.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1999): **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV.
- GUARNIERI, Fernando (2011): A força dos partidos “fracos”, **Dados**, Rio de Janeiro, v.54, n.1.
- HABERSIMKE. (2010): Decentralization and the Development of Nationalized Party Systems in New Democracies. *Comparatives Political Studies*, n. 43 (5), p.139-166
- KINZO, Maria D’alva Gil e BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2007). Sistema Eleitoral, competição partidária e representação parlamentar nos legislativos estaduais. In: KINZO, Maria D’alva Gil e BRAGA, Maria do Socorro Sousa (org). **Eleitores e Representação Partidária no Brasil**. Humanitas/Fapesp.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2000): **A morte dos coronéis**: política interiorana e poder local. Araraquara: Laboratório Editorial/Unesp.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2005): As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v.2, p. 337-365.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2008): Legislativo Municipal, Partidos e Negociações Políticas – 6º Encontro da ABCP, Campinas – SP.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli (2009): As Eleições Municipais de 2008: Federações Partidárias ou Partidos Nacionais. **Perspectivas-Revista de Ciências Sociais**, São Paulo,v.35, p.15-34.
- LAVAREDA, José Atônio (1991): **A democracia nas urnas**: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de (1983): **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Graal.

LIMONGI, Fernando e CORTEZ, Rafael (2010): As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos/ CEBRAP**, n 88, p.21-38.

MAINWARING, Scott (1999): **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization**. The case of Brazil. Stanford, Stanford University Press, 1999

MAINWARING, Scott. (2001): **Sistemas partidários em novas democracias**. O caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV/Mercado Aberto.

MENEGUELLO, Rachel (1998): **Partidos e governo no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra.

MENEGUELLO, Rachel (2011): Las elecciones de 2010 y los rumbos del sistema de partidos brasileño. Política nacional, fragmentación y lógica de coaliciones. In SÁEZ, Manuel Alcántara e TAGINA, Maria Laura (org). América Latina: **Política y elecciones del bicentenario (2009-2010)**. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, v.209, p.449-488.

MENEGUELLO, Rachel e BIZARRO NETO, Fernando. (2012): Contexto e competição na política paulista. **Dados**, v.55, n1, Rio de Janeiro, p.119-171.

NICOLAU, Jairo e PEIXOTO, Vitor. (2007): Uma disputa em três tempos: uma análise das Bases Municipais das Eleições Presidenciais de 2006. **31º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu-MG.

PANEBIANCO, Angelo. (1990): **Modelos de Partidos**. Madrid: Alianza Editorial.

PEREIRA, Carlos & RENNO, Lucio Remuzat (2001): O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v.44, n.2, Rio de Janeiro, p. 323-362.

SANTOS, Fabiano (Org.). **O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: FGV.

SOARES, Glaucio Ary Dillon e TERRON, Sônia (2008): Dois Lulas: a geografia da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 269-301.

SOUZA, Celina. (1998): Intermediação de Interesses Regionais no Brasil: O Impacto do Federalismo e da Descentralização. **Dados**, v.41, n.3, Rio de Janeiro, p.569-592.